

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

SABRINA BORTOLLOTTE PENTEADO LEONARDI

Conceito de liberdade no pensamento de Rosa Luxemburgo

Monografia de conclusão do Curso
de Bacharelado em Filosofia.

Orientação: Prof. Dr. José Eduardo
Marques Baioni.

São Carlos
Junho/2019

SUMÁRIO

Resumo	3
INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1. A <i>BROCHURA JUNIUS</i>	11
1.1. A guerra urdida fio a fio e que tem seu rastilho aceso no imperialismo	12
1.2. O argumento da imprensa alemã e a posição adotada pelo grupo parlamentar social-democrata de defesa da liberdade e da cultura alemã como uma das razões da guerra	15
1.3. A subjugação do proletariado pelas classes dirigentes durante a guerra	18
1.4. Direito dos povos a disporem de si próprios	20
1.5. A evolução histórica e a construção da história pelo homem	20
1.6. A alternativa entre socialismo e barbárie	23
CAPÍTULO 2. A TENTATIVA DE LIBERTAÇÃO DA RÚSSIA	30
2.1. A libertação e a autodeterminação	30
2.2. A dissolução da Assembleia Constituinte	34
2.3. A liberdade não pode ser um privilégio	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41

RESUMO

O presente trabalho averigua nas obras político-filosóficas de Rosa Luxemburgo em que consiste a liberdade para as massas trabalhadoras. À vista disto, ocupam-se de conteúdos que tangenciam ou tocam diretamente tal assunto e que auxiliam em sua elucidação. Destarte, trata de elementos da análise, realizada pela filósofa, sobre a Primeira Guerra Mundial, sobre a Revolução Russa e sobre a crise da social-democracia e aborda, também, a alternativa entre socialismo e barbárie. Chega-se a consideração de que as massas ao determinarem o socialismo como método e fim, passam a assenhorear-se de sua história, são guiadas contra a deriva dos acontecimentos que as subjagam, conferem sentido consciente às suas ações, e com isso adquirem progressivamente sua emancipação. Conclui-se que é requisito que este processo seja fruto da ação das massas e não de algum outro agente.

Palavras-chave: liberdade, história, social-democracia, socialismo, barbárie.

INTRODUÇÃO

Em certo período da obra de Rosa Luxemburgo (1871-1919), compreendido antes de meados de 1914, a história viva apareceria como que conduzida por um certo fio condutor, abarcando o socialismo doravante dado como missão impreterível, mas que, por outro lado, deve surgir como necessidade espontânea, cabendo ao proletário não esperar as condições favoráveis e “maduras” da evolução, mas abreviar e acelerar o seu sentido.

Não obstante, na altura em que eclode a Primeira Guerra Mundial, a social-democracia alemã capitula a política de guerra, as massas proletárias marcham para o “assassinato metódico, organizado, gigantesco”¹, a filósofa rompe com Karl Kautsky (1854-1938), entre outros acontecimentos. A autora, com a fórmula “socialismo ou barbárie”, se distancia da visão anterior, uma vez que o socialismo é visto a partir de então como uma das opções que o proletário tem diante de si.

Ao dar às massas desorganizadas um papel central, Rosa Luxemburgo apresenta-as, de alguma forma, como elemento livre, não tendo uma dependência imediata do partido ou do marxismo². Assim, ao mesmo tempo em que as massas aparecem ligadas à lógica do processo histórico objetivo, elas seriam autônomas, livres.

Acerca de disto a autora nos diz na *Brochura Junius*, de 1916:

Os seus erros [do proletariado] são tão gigantescos quanto as suas tarefas. Não há esquema prévio, válido de uma vez por todas, não há guia infalível para lhe mostrar o caminho a percorrer. *A experiência histórica é seu único mestre.* O caminho espinhoso da sua autolibertação não só está juncado de sofrimentos sem limites, mas também de inúmeros erros. [...] A moderna classe operária paga caro toda compreensão da sua missão histórica. O Gólgota da sua libertação está pavimentado de terríveis sacrifícios. [...] Mas não estamos perdidos e venceremos, se não tivermos desaprendido a aprender³.

1 LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da social-democracia*. Lisboa: Presença, 1974, p. 26.

2 LOUREIRO, Isabel. *Democracia e Socialismo em Rosa Luxemburgo*, 1997. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo234_Isabel.pdf. Acesso em 24 de abril de 2018.

3 LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da social-democracia*. Lisboa: Presença, 1974, p. 10 (grifo nosso).

Já em *Reforma Social ou Revolução*, de 1899, ela apontava que: “Foi a descoberta de pontos de apoio, nas condições econômicas da sociedade capitalista, para a realização do socialismo, a maior conquista da luta de classe proletária, no curso do seu desenvolvimento. Com isso, transformou-se o socialismo, de ‘ideal’ sonhado pela humanidade há milhares de anos, em necessidade histórica”⁴.

Os escritos de Rosa Luxemburgo apresentariam uma tensão entre o determinismo histórico e o voluntarismo da ação revolucionária. Isso se verifica, em particular, em seus trabalhos anteriores a 1914; a título de exemplo dessa ambivalência, têm-se a obra supracitada, responsável por tornar a autora conhecida no movimento operário alemão e internacional. No escrito *Brochura Junius*, em objeção a Bernstein, a autora insiste que o avanço do capitalismo se orienta no sentido de um desmoronamento, de sua derrocada inevitável e que isto é a via histórica que conduz à realização da sociedade socialista. Trata-se, em última análise, de uma variante socialista da ideologia do progresso linear e inevitável que dominou o pensamento ocidental. O que a eximiria de um economicismo fatalista seria a pedagogia revolucionária da ação⁵: “Só no curso de lutas demoradas e tenazes, poderá o proletariado chegar ao grau de maturidade política que lhe permita obter a vitória definitiva da revolução”⁶.

O socialismo, para Rosa Luxemburgo, seria resultado de uma criação *livre* das massas entregues às suas próprias experiências, numa relação recíproca de aprendizagem com o partido, sem ser imposto, por exemplo, por uma gama de intelectuais políticos⁷. Ela divergia frontalmente de uma concepção autoritária de política; em suas palavras:

O sistema social socialista não deve e nem pode ser senão um produto histórico, nascido da própria escola da experiência, nascido na hora da sua realização, *resultando do fazer-se da história viva que, exatamente como a*

4 LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Flama, 1946, p. 45.

5 LÖWY, Michael. A centelha se acende na ação: a filosofia da práxis no pensamento de Rosa Luxemburgo, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/12704/6724>. Acesso em 24 de abril de 2018.

6 LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Flama, 1946, p. 68.

7 LOUREIRO, Isabel. Democracia e Socialismo em Rosa Luxemburgo, 1997. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo234_Isabel.pdf. Acesso em 24 de abril de 2018.

natureza orgânica, da qual faz parte em última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, junto com uma necessidade social real, os meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo que a tarefa a realizar, a sua solução. E assim sendo, é claro que o socialismo, por sua própria natureza, não pode ser outorgado nem introduzido por decreto. [...] Só a experiência é capaz de corrigir e de abrir novos caminhos. Apenas uma vida fervilhante e *sem entraves* chega a mil formas novas, improvisações, mantém a força criadora, *corrige ela mesma todos os seus erros*. Se a vida pública dos Estados de liberdade limitada é tão medíocre, tão miserável, tão esquemática, tão infecunda é justamente porque, excluindo a democracia, ela obstrui a fonte viva de toda riqueza e de todo progresso intelectual⁸.

Por conseguinte, há a instauração, através do desenrolar dos acontecimentos, de um problema manifestado às massas e uma solução encontrada no próprio desencadear da história, e é precisamente porque há sentido nela que ela mesma confere as diretrizes à ação humana. Neste processo, as massas tornar-se-iam livres, conscientes⁹. Em todo caso, o socialismo não deve ser imposto, deve surgir como uma “necessidade espontânea”.

Para que se irrompam as soluções para os problemas que as massas enfrentam, nas suas diversas formas de manifestação, é requerido, segundo Rosa Luxemburgo, que elas *tenham liberdade* para operá-los, culminando em que aprendam, inclusive com os próprios erros, e escolham o caminho apropriado. A liberdade das massas seria, também, requisito da democracia socialista – o oposto da dominação de um único partido que, para ela, conduziria inevitavelmente à burocratização e ao estiolamento da vida pública. Essa liberdade das massas seria, assim, o que conferiria ao proletariado uma vida emancipada¹⁰.

O movimento espontâneo dos homens é sempre prezado e reivindicado; em contrapartida, há um curso da evolução de que eles não escapariam, isso em especial na fase inicial do pensamento da Rosa Luxemburgo, como acima referido. Ao replicar ao “pai do revisionismo”, na brochura anti-Bernstein, através

8 LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa. In: *Textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 182 (grifo nosso).

9 LOUREIRO, Isabel. Democracia e Socialismo em Rosa Luxemburgo, 1997. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo234_Isabel.pdf. Acesso em 24 de abril de 2018.

10 *Idem*.

de uma demonstração apaixonada e rigorosa acerca das agudas contradições do desenvolvimento do capitalismo, ela aponta que o socialismo advém de uma questão econômica e não de um “princípio de justiça”. De acordo com M. Löwy, seria por meio da insistência da demonstração que ela cairia na fixação do socialismo como inexorável¹¹, isto é, quando Rosa Luxemburgo diz que a anarquia capitalista conduziria à inevitável ruína, que o colapso desse sistema é fruto inevitável de suas contradições insuperáveis e que a consciência do proletário é a reverberação intelectual das contradições crescentes do capitalismo, da ruína iminente e que o desfecho é impreterível¹².

Na obra mencionada, ela expõe ainda que não seria a tática da social-democracia aguardar pelo resultado, esperar pelo agravamento dos antagonismos, mas se basear na direção, uma vez conhecida, da evolução e tirar até o fim suas consequências. Todavia, isto:

[...] parte da premissa que não há, em última análise, senão *uma única direção* possível, “a direção do desenvolvimento”. A intervenção consciente da social-democracia permanece, pois, em certo sentido, um elemento “auxiliar”, um “estimulante” a um processo que é, de qualquer forma, objetivamente necessário e inevitável¹³.

Em 1914 a ruptura com o pensamento enraizado do advento necessário e irresistível do socialismo se faz cada vez mais presente. Os acontecimentos históricos do período, como a arregimentação das massas proletárias ao imenso massacre fratricida da guerra colocaria em xeque a concepção precedente¹⁴.

Foi a partir desse abalo que Rosa Luxemburgo escreve em 1916, na *Brochura Junius*, essa fórmula revolucionária, tanto no sentido teórico quanto no sentido político do termo: “*socialismo ou barbárie*”. Fórmula que culminaria na questão de que não há um único sentido do desenvolvimento a se percorrer historicamente, mas vários; desse modo, o papel do proletário não é mais de abreviar, mas decidir a marcha¹⁵. Nas palavras de Rosa Luxemburgo:

11 LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Tradução de Reginaldo Di Piero. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

12 LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da social-democracia*. Lisboa: Presença, 1974.

13 LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Tradução de Reginaldo Di Piero. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

14 *Idem*.

15 *Idem*.

Os homens não fazem arbitrariamente sua história, mas são eles que a fazem... A vitória final do proletariado socialista ... não pode se realizar se, de todas as condições materiais acumuladas pela história, não jorrasse a faísca animadora da vontade consciente da grande massa popular... nós nos encontramos atualmente exatamente como Friedrich Engels previu, há uma geração, há 40 anos, diante da *escolha*: ou triunfo do imperialismo e queda de toda civilização como na antiga Roma, despovoamento, destruição, degenerescência, um vasto cemitério, ou a vitória do socialismo, que quer dizer, a ação consciente de luta do proletariado internacional contra o imperialismo e seu método: a guerra. Eis o dilema da história mundial, *uma alternativa* na qual os pratos da balança oscilam diante da decisão do proletariado consciente¹⁶.

Destarte, teria sido Rosa Luxemburgo, inspirando-se em Engels, que indicou, pela primeira vez de forma explícita, o socialismo como não sendo um produto inevitável da necessidade histórica, mas como uma possibilidade histórica objetiva. Sua palavra de ordem “socialismo ou barbárie” significa que os dados da história não estão lançados, a vitória do proletário depende também da ação consciente e da vontade revolucionária¹⁷.

Ao conferir à ação e à vontade consciente um papel determinante no desenvolvimento histórico, ela não nega, concomitantemente, que a história precedente tenha implicações sobre os atos e anseios. Reconhece-se a autonomia parcial, a “lógica interna” e a eficácia particular do fator subjetivo à *esfera da consciência*, ao nível da intervenção política¹⁸. Portanto, afirma a autora:

[...] Os homens não constroem a sua história completamente. Mas apesar de tudo fazem-na eles mesmos. O proletariado depende, na sua ação, do grau de desenvolvimento social da época, mas a evolução social não é de maneira nenhuma exterior ao proletariado, este é o seu impulso e a sua consequência. [...] ¹⁹.

16 LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da social-democracia*. Lisboa: Presença, 1974, p. 23 (grifo nosso).

17 LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Tradução de Reginaldo Di Piero. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

18 *Idem*.

19 LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da social-democracia*. Lisboa: Presença, 1974, p. 21.

O socialismo não seria, assim, um resultado fatal e automático do desenvolvimento histórico, mas uma possibilidade objetiva. As condições econômico-sociais ditariam os limites do campo da efetividade; em contrapartida, a decisão entre as possibilidades objetivas dependeria da vontade, da consciência e da ação. Na práxis revolucionária, a mudança das circunstâncias coincidiria com a mudança subjetiva. *A filosofia da práxis, é o fio condutor – no sentido elétrico da palavra – de sua obra e de sua ação como revolucionária.* O pensamento de Rosa Luxemburgo está longe de ser inerte: é uma reflexão em movimento, que se enriquece com a experiência histórica²⁰.

Posto isso, objetiva-se compreender a noção de *liberdade do proletário* por meio desse fio condutor, a práxis, nas obras posteriores a meados de 1914, pois estas são favorecidas com mudanças importantes. Destarte, prescrutar-se-á os elementos que tangenciam o conceito ou que o tocam diretamente, localizados sobretudo nas obras *A crise da social-democracia* (1916), em *A Revolução Russa* (1918) e artigos diversos.

A crise da social-democracia (1916), também intitulada de *Brochura Junius*, ocupa-se principalmente da crise da social-democracia e da análise da guerra, trazendo à tona a refutação do carácter nacional e libertador do conflito, expondo sua natureza imperialista e criticando a atitude do partido social-democrata. De acordo com Isabel Loureiro, “essa brochura representa um impiedoso ajuste de contas com a Internacional socialista, com a social-democracia alemã e com o próprio proletariado por terem todos, cada um à sua maneira, aderido ao delírio bélico”²¹.

Em *A Revolução Russa* (1918), a autora realiza uma crítica instrutiva do evento, indicando que, devido às circunstâncias delimitadoras, tais como o avanço da contrarrevolução, a situação econômica e política internacional não se alteraria radicalmente, e não se poderia esperar que, do que foi realizado em regime de necessidade, se seguisse à risca o que se esperava de uma revolução realmente socialista; apesar disso, as conquistas foram notórias e fez-se necessário uma autocrítica para que o proletariado internacional tirasse lições do ocorrido. E

20 LÖWY, Michael. A centelha se acende na ação: a filosofia da práxis no pensamento de Rosa Luxemburgo, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/12704/6724>. Acesso em 24 de abril de 2018.

21 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 20.

mesmo reconhecendo o caráter de necessidade das ações tomadas por Lenin e Trotsky, ela não aceitou que fizessem da necessidade uma *virtude*, o que ocorre quando os bolcheviques recomendam a sua tática política aos partidos socialistas internacionais. Ela ainda defende, nesta obra, que a revolução proletária deve ser realizada num âmbito de inteira liberdade, do contrário o que se tem novamente é a reprodução da dominação da maioria pela minoria.

Os demais textos empregados são: *Aos proletários de todos os países* (1918), *A Assembleia Nacional*. (1918), *O que quer a Liga Spartakus?* (1918), *Assembleia Nacional ou governo dos conselhos?* (1918) e *Nas Trincheiras* (1918), e tratam em sua grande parte da tentativa de revolução na Alemanha, do grupo espartaquista, do Conselho de Trabalhadores e Soldados e da contrarrevolução.

Em face do exposto, tratar-se-á aqui inicialmente dos seguintes elementos, relativos ao primeiro Capítulo: i) a guerra urdida fio por fio e que tem seu rastilho aceso no imperialismo; ii) o argumento da imprensa alemã e a posição adotada pelo grupo parlamentar social-democrata de defesa da liberdade e da cultura alemã, como uma das razões da guerra; iii) a subjugação do proletariado pelas classes dirigentes durante a guerra; iv) o direito dos povos a disporem de si próprios; v) a evolução histórica e a construção da história pelo homem; e, por fim, vi) a alternativa entre socialismo e barbárie.

No atinente ao segundo Capítulo, abordar-se-á: i) a libertação da Rússia e a autodeterminação; ii) a dissolução da Assembleia Constituinte; e, por fim, iii) a liberdade como não podendo ser um privilégio.

CAPÍTULO 1

A BROCHURA JUNIUS

Rosa Luxemburgo, em uma passagem célebre da *Brochura Junius* (1916), pontua que os erros da classe proletária são tão gigantescos quanto a sua tarefa; haveria, assim, uma incumbência e esta seria a libertação. O que não estaria estabelecido em definitivo seria um guia ou esquema que nortearia toda a trajetória, trajetória esta permeada de sofrimentos e erros. Sobre esta libertação, Isabel Loureiro nos diz: “[...] se a emancipação humana não é uma utopia abstrata, são as massas que se tornam revolucionárias, dependendo da conjuntura, as portadoras da libertação”²².

A experiência histórica forneceria, neste sentido, um aporte imprescindível para os portadores da libertação, desde que estes não se esqueçam de como aprender, isto é, se eles compreenderem os seus próprios erros e tirarem lições deles, alcançarão a emancipação²³.

Nas palavras mesmas da filósofa:

Seus erros são tão gigantescos como as suas tarefas. Não existe nenhum esquema prévio, válido de uma vez por todas, nenhum guia infalível que lhe mostre o caminho a percorrer. A experiência histórica é a sua única mestra. O espinhoso caminho de sua autolibertação está pavimentado não só de sofrimento sem fim, mas também de erros sem conta. O proletariado atingirá o objetivo de sua viagem – sua libertação – se souber aprender com os seus próprios erros²⁴.

A autocrítica, neste sentido, é essencial uma vez que a derrocada do proletário não estaria em erros fatais que este comete, por mais avassaladores que sejam, mas em não retirar deles os ensinamentos que comportam e não

22 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 21.

23 LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da social-democracia*. Lisboa: Presença 1974.

24 LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da social-democracia*. Lisboa: Presença 1974, p. 10.

corrigir o caminho quando necessário²⁵. Pois, argumenta ainda a autora: “A classe operária, essa ousa olhar de frente e atrevidamente a verdade, mesmo se esta verdade constitui para ela a mais dura acusação, porque a sua fraqueza é apenas um trâmite e a lei imperiosa da história restitui-lhe as forças [...]”²⁶.

Um instrumento que no turbilhão dos acontecimentos também auxiliaria na trajetória a ser percorrida pelo proletariado, servindo como uma bússola, seria a teoria marxista, orientando a tática e o intuito final. Após a queda da Comuna de Paris, em 1871, há uma alteração do centro de gravidade do movimento operário europeu, tornando a Alemanha, com o partido social-democrata, a vanguarda e o representante forte desta teoria²⁷.

E a despeito de toda importância que poderia vir a ter esse partido durante o desenrolar da Primeira Guerra, ocorreu um abandono sem precedentes da luta da classe e em nenhum outro lugar o operariado foi tão submetido ao serviço do imperialismo, em parte alguma o estado de sítio foi suportado com tão fraca resistência²⁸.

1.1. A guerra urdida fio por fio e que tem seu rastilho aceso no imperialismo

Tratar-se-á sumariamente aqui do período histórico que culmina na Primeira Guerra, uma vez que não contribui diretamente na construção do conceito, mas é fundamental para entender alguns elementos como o posicionamento da social-democracia, a posição da imprensa, a questão da subjugação do proletariado e de outros povos, o poder decisório dos povos e demais desdobramentos.

Rosa Luxemburgo aponta que uma antiga receita da política burguesa para a fabricação de guerra seria camuflá-la numa legenda de defesa de pátria ameaçada, como havia acontecido na guerra de 1866, da Alemanha contra a Áustria, preparada de antemão por Bismarck. O que distinguiu sobremaneira a guerra de 1914 das anteriores foi que, nessa, um partido que supostamente tinha

25 LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

26 *Idem*.

27 *Idem*.

28 *Idem*.

a incumbência de defender a classe trabalhadora tomou partido em favor do conflito²⁹.

A Primeira Guerra Mundial havia sido urdida durante muitos anos, passo a passo e hora a hora. Seriam duas as linhas de forças que a conduziram. No tocante a primeira, têm-se a constituição dos estados capitalistas, tendo como ponto de partida a guerra contra a França em 1870, que culminou na cisão da Europa em dois campos inimigos, isto é, no reagrupamento político em torno do eixo formado pela oposição franco-alemã e que também inaugurou a corrida por armamentos. O encadeamento de uma guerra a outra, no entanto, não se tratou de uma vingança, a legenda nacionalista de uma França sedenta por um acerto de contas foi forjada pelos promotores de guerra alemã³⁰.

A segunda linha de força resulta de um fenômeno com caráter internacional: o desenvolvimento imperialista, com as conquistas coloniais que fomentam outras oposições e rearranjos de alianças. Era evidente, desde então, que a guerra latente cedo ou tarde levaria a um saldo de contas geral e que faltava unicamente que as oposições provisórias encontrassem uma preponderante e que perdurasse, o que se deu com a aparição do imperialismo alemão³¹. Quanto a este, Rosa Luxemburgo nos diz:

[...] se podia prever que este jovem e pujante imperialismo – que apareceu na cena mundial com gigantesco apetite, sem ser incomodado por nenhum obstáculo, quando o mundo já estava praticamente dividido –, iria tornar-se muito rapidamente no fator imponderável da perturbação geral³².

No final do século XIX, a Alemanha publica dois projetos de lei sobre a força naval que duplicaria os efetivos da frota de guerra, projeto tal que perduraria para mais de duas dezenas de anos e cujo último, de 1899, pode ser entendido como uma “declaração de guerra”. Tratava-se de uma mudança de orientação na

29 *Idem*.

30 *Idem*.

31 *Idem*.

32 LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 48.

política que objetivava tornar o país a primeira potência, além de terrestre, marítima³³.

O programa, desse modo, rivalizava com a até então primeira potência naval do mundo, a Inglaterra. Com esse desenvolvimento também se podia inferir novas incursões do imperialismo alemão no mundo³⁴.

Quanto às incursões imperialistas consolidadas pela Alemanha, seu mais importante campo de operações foi a Turquia. E todas as demais incursões eram estratégias direcionadas à conquista do Egito. Na Turquia, ela ganhou a concessão para o grande caminho de ferro de Bagdá ao Golfo Pérsico. Além disso, ela ocupou-se da organização e preparação do militarismo turco³⁵.

O caminho de ferro de Bagdá era estrategicamente um meio para atingir a Inglaterra, ou mais precisamente uma de suas possessões, o Egito. Esta colônia conferia para a Inglaterra a supremacia do canal do Suez e permitia a comunicação com a Índia e com toda a Ásia, viabilizando as possessões na África Central e Oriental³⁶.

O interesse pelo Marrocos levou a Alemanha também a entrar em conflito com a França, e como Gibraltar tinha sua importância para a Inglaterra, tal interesse da Alemanha ali contribuiu para intensificar o conflito com essa. Devido a outros interesses imperialistas, o conflito se estendeu aos Estados balcânicos e à Itália³⁷.

Quanto à Rússia, o que era divulgado pela imprensa alemã era que ela pretendia anexar a Alemanha e implantar o absolutismo russo no império alemão, além de destruir a civilização. Rosa Luxemburgo aponta que a questão de sobrevivência se apresentava unicamente para a Bélgica e a Sérvia, e que uma dada forma de governo não se deixa implantar assim facilmente, mas que cada forma de governo corresponde a certas condições econômicas e sociais precisas³⁸.

33 LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

34 *Idem*.

35 *Idem*.

36 *Idem*.

37 *Idem*.

38 *Idem*.

Já quanto à Áustria-Hungria, ela se situava no caminho do centro da política oriental da Alemanha. Ter a monarquia habsburguesa por adversária significaria um desfalque para essa em seus projetos na esfera da política mundial. No entanto, a própria existência da Áustria representava um estado de guerra latente nos Bálcãs, uma vez que sua política visava estrangular a Sérvia, impedir qualquer aproximação mútua entre os Estados balcânicos e, ainda, entravar o desenvolvimento nesta localidade. O que culminou no dilema da existência da Áustria ou a viabilidade do desenvolvimento de tais Estados³⁹.

A Sérvia contava com o apoio político da Rússia, tendo em vista que esta não podia renunciar à sua influência nos Bálcãs. Outra influência concernia ao interesse em reunir os Estados balcânicos sob o seu protetorado. Ela estava também por trás da vitória da confederação balcânica na guerra 1912, que havia destruído a Turquia. A Sérvia, que saiu vitoriosa, viria então a tornar-se aliada da Rússia, e a Áustria, por sua vez, inimiga. A Alemanha, dado a sua ligação com a monarquia habsburguesa, a apoia e, assim, entra em conflito com a Rússia⁴⁰.

Com o atentado de Sarajevo, crime autêntico e esperado, a Primeira Guerra Mundial foi, por fim, conflagrada. Mas o incidente não passou de um pretexto, as causas e as oposições já tinham sido há muito configuradas, e assim seu advento não podia surpreender. E, se antes ela não havia ocorrido, foi porque os preparativos militares ora de uma ora de outra potência ainda não estavam devidamente concluídos⁴¹.

1.2. O argumento da imprensa alemã e a posição adotada pelo grupo parlamentar social-democrata de defesa da liberdade e da cultura alemã como uma das razões da guerra

No dia quatro de agosto de 1914, ao votar os créditos de guerra, o grupo parlamentar social-democrata daria com sua declaração os rumos para a posição da imprensa do partido e da imprensa sindical, e conduziria também ao tumulto

39 *Idem.*

40 *Idem.*

41 *Idem.*

patriótico das massas, a União Nacional (*Burgfrieden*) e a dissolução da Internacional⁴². A declaração dada foi:

Agora estamos perante a dura realidade da guerra. Ameaçam-nos os horrores de uma invasão inimiga. Hoje não temos de decidir a favor ou contra a guerra, mas sobre a questão dos meios necessários para a defesa do país. [...] Muito, senão tudo, está em jogo para nosso povo e seu futuro livre, caso o despotismo russo, manchado de sangue dos melhores do seu próprio povo, seja vitorioso. Trata-se de afastar esse perigo, de garantir a civilização e independência do nosso próprio país. Levamos a cabo o que sempre enfatizamos: não abandonamos a nossa pátria na hora do perigo. Nisto sentimo-nos de acordo com a Internacional, que sempre reconheceu o direito de todos os povos à independência nacional e à autodefesa, assim como, de acordo com ela, condenamos toda a guerra de conquista. [...] Guiados por esses princípios, aprovamos os créditos de guerra pedidos⁴³.

Rosa Luxemburgo pontua que ocorreria, pela primeira vez, um abismo entre a liberdade de um povo, sua integridade e a solidariedade internacional dos proletários, e, também pela primeira vez, exigir-se-ia que este mesmo povo procedesse com um massacre por sua defesa nacional, ocorrendo uma falaciosa dissensão entre liberdade nacional e socialismo internacional⁴⁴.

Não obstante, tudo o que a social-democracia havia afirmado na véspera da eclosão da guerra se opunha a uma adesão, assim também era a posição da imprensa. Não se tratava da integridade e da liberdade da Alemanha, mas do aventureirismo criminoso favorável ao evento; não se tratava tão pouco de legítima defesa, de uma guerra em nome da liberdade, mas de uma provocação frívola, de uma guerra que vinha se desenhando fio por fio⁴⁵.

Pouco antes da guerra eclodir, a título de exemplo, o jornal do partido social-democrata tinha o posicionamento avesso à adesão à guerra, combatendo a carnificina ou defendendo ao menos que ela fosse a última delas, um

42 *Idem*.

43 LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 48; p. 31.

44 LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

45 *Idem*.

“crepúsculo dos deuses do capitalismo”, como também apontava o jornal *Frankfurter Volksstimme*⁴⁶.

A mudança teria se dado com a apresentação pelo governo alemão do Livro Branco no *Reichstag* (Parlamento); tal documento atestava que o governo austríaco tinha pedido um acordo com a Alemanha antes de se comprometer numa diligência relativa à Sérvia; que o governo alemão estava plenamente consciente de que a postura da Áustria conduziria a uma guerra; que a Alemanha não tinha exortado a Áustria à moderação, pelo contrário; que sucedesse o que sucedesse, ela assegurava o seu apoio, e, por fim, que se tinha dado inteira liberdade à Áustria⁴⁷.

Com a declaração dada ao votar os créditos de guerra e todo o desdobramento que a partir daí se dá, a social-democracia, contra seu próprio argumento de defesa da nação e da liberdade, mina ainda mais as precárias condições econômicas, sociais e políticas da Alemanha. Não é por esta suposta liberdade que os créditos de guerra são votados, mas sim pelos interesses imperialistas; e a postura do partido no decorrer da guerra conduz ao prolongamento do conflito e a redução das liberdades⁴⁸.

A possibilidade para o povo decidir sobre a guerra e a possibilidade de deliberação permanentemente, eram medidas fundamentais que a social-democracia deveria ter garantido, além de restabelecer outros direitos políticos, pois é critério indispensável da defesa nacional popular uma maior liberdade política, já que só um povo livre pode defender seu país com êxito⁴⁹.

Um pensamento central da teoria da Rosa Luxemburgo é que a consciência de classe é fruto da experiência das massas, o que abrange, também, as derrotas. Mas, para ela, é preferível uma derrota política a uma derrota moral; a aprovação dos créditos de guerra, em que a social-democracia abandona todos os seus princípios representa esta última⁵⁰.

Sobre a consciência de classe, Oskar Negt aponta:

46 *Idem*.

47 *Idem*.

48 *Idem*.

49 *Idem*.

50 LOUREIRO, Isabel. Introdução In: LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991

[...] Rosa Luxemburgo não analisou detalhadamente a estrutura psíquica dos proletários determinada pela sociedade classista, mas indicou a direção do problema, de fundamental importância já em 1914, mas que o será sobretudo para a história da origem do fascismo. Se não se politizam os interesses cotidianos e as necessidades dos homens, se não se rompem a cada dia e com uma atividade espontânea coletiva as cadeias da alienante produção capitalista de mercadorias onde elas se manifestem (na fábrica, na família, na escola, no tempo livre, etc.), inexistente a base material, o fundamento da consciência de classe que, como simples consciência, como capacidade intelectual para a compreensão da estrutura da sociedade classista e das tarefas históricas do proletariado, é extremamente frágil⁵¹.

1.3. A subjugação do proletariado pelas classes dirigentes durante a guerra

A União Nacional (*Burgfrieden*) buscava a suspensão da luta de classe durante a guerra; sua primeira manifestação, por meio da social-democracia, foi a aprovação dos créditos de guerra que impactou no comportamento de todas as instâncias dirigentes do movimento operário. O partido dá mostras da suspensão da luta de classe também quando, nas eleições parlamentares para o *Reichstag*, renuncia à luta eleitoral, reduzindo sua atuação a reunir o maior número de mandatos, que nem ao menos foram oposição⁵².

O governo havia decretado a Primeira Guerra; o papel dos dirigentes, incluindo a social-democracia, se limitou a apoiar inescrupulosamente, porém, aquele não deixou de a garantir, mesmo sem expressivos opositores, por meios ditatoriais⁵³.

Tal supressão, no entanto, foi unilateral; continuou-se com a exploração e ausência de direitos, a estrutura econômica, social e política não passou a favorecer a classe operária. E, enquanto se prosseguia com a exploração

51 NEGTE, Oskar. Rosa Luxemburgo e a renovação do marxismo. In: HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do marxismo*, III: *O marxismo na época da Segunda Internacional (segunda parte)*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 29.

52 LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: *1914-1919*. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

53 *Idem*.

capitalista, os dirigentes da classe operária a abandonaram ao seu inimigo, sobretudo o interno⁵⁴.

Com o posicionamento da social-democracia perante os fatos aludidos, a liberdade do povo alemão é comprometida por um longo tempo. Nos círculos dirigentes do partido social-democrata dizia-se que, após o término da guerra, a classe operária teria o alargamento das liberdades democráticas, em recompensa pela sua atitude patriótica durante a guerra. No decorrer do conflito o que ocorreu foi que se minaram as liberdades que existiam, como a supressão da liberdade de imprensa, da liberdade de associação e de vida pública, a opinião pública também desapareceu⁵⁵. Sobre isto, Rosa Luxemburgo indica:

Que hoje seja possível que na Alemanha não só a imprensa burguesa, mas também a imprensa social-democrata, tão desenvolvida e influente, aceite tal coisa sem nenhuma luta, sem a mínima tentativa de resistir, é um fato que tem o mais funesto significado para o destino da liberdade alemã. Ele demonstra que tal sociedade não tem hoje nela mesma nenhum fundamento para as liberdades políticas, já que pode passar sem liberdade tão facilmente e sem qualquer atrito⁵⁶.

A luta de classes não seria, no entanto, iniciativa da social-democracia ou um fruto da sua decisão, mas sua política e um produto elementar da sociedade de classes. Foi fruto das ações do partido social-democrata, por outro lado, o desarmamento político da classe operária, o enfraquecimento das liberdades, o prolongamento da guerra e que essa se desenrolasse sem ser inquietada pelo furor das massas; além disso, o partido ficou na retaguarda conferindo ao militarismo toda tranquilidade, o que possibilitou que os interesses da classe dominante prevalecessem. A luta de classe, embora não tratasse de uma resolução do partido social-democrata, dizia respeito ao fundamento de sua existência, renegá-lo implicou comprometer sua própria finalidade e existência⁵⁷.

54 *Idem.*

55 *Idem.*

56 LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 104.

57 LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Era papel esperado da social-democracia que ela agisse para refrear a guerra e coordenasse a classe trabalhadora para acelerar a abolição da dominação capitalista⁵⁸.

1.4. *Direito dos povos a disporem de si próprios*

O direito dos povos a disporem de si próprios, segundo Rosa Luxemburgo, consiste no direito à independência, à liberdade e à livre disposição do seu próprio destino. No entanto, foi utilizado de maneira inapropriada durante o contexto da guerra pelos sociais-democratas, uma vez que foi empregado a favor dos intentos dos estados coloniais⁵⁹.

Há uma contradição que repousa no fato que não há como uma nação livre existir, quando ocorre a subjugação à escravidão de outros povos, porque os povos coloniais fazem parte também do Estado. Além disso, a classe operária da Alemanha não pôde dispor das formas e condições da sua existência nacional, política ou social que pretendesse⁶⁰.

No atinente a isso, Rosa Luxemburgo nos diz:

O socialismo internacional reconhece às nações o direito de serem livres, independentes e iguais. Mas só ele é capaz de criar tais nações, só ele pode conseguir que o direito dos povos a disporem de si próprios se torne uma realidade⁶¹.

Portanto, de acordo com a autora, a social-democracia arditosamente recorreu ao direito supracitado, empregando-o em um contexto impraticável; desvirtuaram-no em prol dos promotores de guerra alemães⁶².

58 *Idem.*

59 *Idem.*

60 *Idem.*

61 LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 112.

62 LUXEMBURGO, Rosa. A crise da social-democracia. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

1.5. A evolução histórica e a construção da história pelo homem

Como foi apontado, a Grande Guerra não poderia ter sido fruto do acaso, mas resultou de profundas e extensas causas objetivas⁶³.

Os homens constroem a sua história em algum nível e estão circunscritos à evolução desta, que pode sofrer alterações. Há alguns fatores, no entanto, que agem sobre o poder de ação dos homens. Antes da classe trabalhadora atingir seu fim último e, com isso, sua libertação, sua autonomia se apresenta mais vulnerável a uma série de variáveis, advindos da opressão, da estrutura econômica, etc., mas, ainda assim, ela subsiste. Para Isabel Loureiro:

[...] a sua filosofia da história [de Rosa Luxemburgo] fundamenta o otimismo com que encara, apesar da guerra, a cena política alemã. Rosa pensa que a história sabe sempre encontrar uma saída para a situação mais desesperada; há nela uma lógica objetiva que a faz caminhar no bom sentido, mesmo se não corresponde aos desejos dos homens. E são as massas que farão brotar a semente de liberdade contida na história [...].

O socialismo é o primeiro movimento social fixado como fim, sendo responsável por dar um sentido consciente às ações dos homens, ações tais orientadas por uma finalidade. Ele também muniria o proletário de um pensamento metódico e por isso uma ação livre, guiando-o contra a deriva dos acontecimentos que o subjugam, assenhoreando-se da sua história⁶⁴.

O socialismo não poderia vir a ocorrer se, do conjunto de premissas materiais acumuladas, não brilhasse a centelha da *vontade consciente* da grande massa popular. Essas premissas:

[...] assim como “Thalatta, o mar eterno”, contêm em si “todas as possibilidades latentes: mortal calma e enfurecida tempestade, baixa covardia e selvagem heroísmo. A massa [...] está sempre pronta a tornar-se outra do que aquilo que parece” [...]. Isto é, as massas guardam em si potencialidades insuspeitas que

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis 1991, p. 20.

se desenvolvem conforme o clima político em que vivem. E a revolução oferece a atmosfera mais propícia para que essas potencialidades se efetivem⁶⁵.

Na passagem a seguir poder-se-á entender como o percurso do proletário não está traçado em definitivo e como a barbárie é entendida como uma possibilidade além do socialismo.

Aí está um dilema da história do mundo, uma *alternativa ainda indecisa*, cujos pratos oscilam diante da decisão do proletariado consciente. O proletariado deve pegar resolutamente no gládio do seu combate revolucionário: o futuro da civilização e da humanidade disso dependem. Durante esta guerra, o imperialismo alcançou a vitória. Ao pegar no seu gládio ensanguentado pelo assassinato dos povos, fez pender a balança para o lado do abismo, da desolação e da ignomínia. Todo este peso de desonra e desolação só será contrabalançado se, em plena guerra, soubermos tirar a lição que ela contém, se o proletariado conseguir assenhorear-se de novo e acabar de jogar o papel de escravo manipulado pelas classes dirigentes para se vir a tornar o dono do seu próprio destino⁶⁶.

Devido em grande medida às trágicas experiências advindas da Primeira Guerra, ainda mais que Marx e Engels, Rosa Luxemburgo elabora no âmbito da teoria marxista a questão da contingência, tal questão deixa de ser marginal e os acontecimentos passam a não mais se transformarem em necessidade progressiva. Tal vicissitude, em contrapartida, indicaria uma probabilidade de alternativas quase idêntica em determinadas conjunturas históricas: socialismo ou barbárie. Isso faria da ortodoxia crítica de Rosa Luxemburgo, uma forma particular de heresia no interior do movimento operário⁶⁷.

A adesão do proletariado à guerra fortalecera em Rosa Luxemburgo a convicção de que a *consciência de classe* é produto da luta e não uma essência imutável. É na ação que o proletariado se torna revolucionário, e não por acaso Rosa tem como lema o verso do *Fausto* de Goethe, “no princípio era a ação”. Assim sendo, não há garantia de vitória, quando muito há possibilidades. Noutros

65 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis 1991, p. 27.

66 LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da social-democracia*. Lisboa: Presença, 1974, p. 23.

67 NEG, Oskar. Rosa Luxemburgo e a renovação do marxismo. In: HOBBAWM, Eric (org.). *História do marxismo*, III: *O marxismo na época da Segunda Internacional (segunda parte)*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

termos, na concepção de Rosa Luxemburgo, diferentemente da concepção da social-democracia ortodoxa, o proletariado não nada com a corrente em direção ao socialismo. A revolução não é fruto do desenvolvimento natural das contradições da sociedade capitalista, mas resultado da *tomada de consciência* por parte das massas espoliadas.

Segundo Negt (1984), Rosa Luxemburgo considerava a revolução não como uma concepção meramente programática no interesse da emancipação da classe proletária, mas como *necessidade existencial* para a autoconservação da humanidade.

1.6. A alternativa entre socialismo e barbárie

A Primeira Guerra Mundial, com sua esmagadora derrota política e moral, havia colocado a opção entre a manutenção do capitalismo, com suas implicações caóticas e a queda na barbárie, e a instauração do socialismo com a libertação do proletariado. No tocante a tal alternativa, a autora indica:

A humanidade encontra-se diante da alternativa: decomposição e declínio na anarquia capitalista ou renascimento pela revolução social. Bateu a hora da decisão. Se vocês acreditam no socialismo, é tempo de mostrar isso em ações. Se são socialistas, trata-se de agir⁶⁸.

Em nove de novembro de 1918, o antigo regime na Alemanha é destruído pelos trabalhadores e soldados, a monarquia é eliminada, mas ela não era a maior ameaça, era apenas a fachada, o rótulo do imperialismo; a burguesia imperialista, por sua vez, era quem se devia responsabilizar e combater por deixar a Alemanha a beira do abismo.

O colapso da social-democracia em 4 de agosto de 1914 representou a data de surgimento da “liga espartaquista”, que logo após a deflagração da guerra emite o primeiro protesto público contra o partido oficial e continua a denunciá-lo no decorrer da guerra por suas consecutivas traições. Durante a tentativa de

68 LUXEMBURGO, Rosa. Aos proletários de todos os países. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p. 257.

revolução, a liga adquire um papel relevante e os elementos contrarrevolucionários passam a persegui-la.

A liga, cujos fundadores foram Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, passa então a ser alvo de inúmeras injúrias deliberadas para desorientar a opinião pública, tais afrontas foram emitidas principalmente pelos sociais-democratas majoritários, os quais afirmavam que a tentativa de revolução consistia em aventureirismo e golpe, declaravam ainda que a democracia já estava realizada e, pouco depois de nove de novembro de 1918, asseguravam que os objetivos principais já haviam sido atingidos, quando esses ainda estavam por cumprir.

No período inicial da tentativa de revolução, Rosa Luxemburgo indicou que a diretriz para as medidas do governo revolucionário deveria consistir na conquista do poder político para os Conselhos de Trabalhadores e Soldados (CTS). Apontou ainda que as principais ações que deveriam ser tomadas eram a construção e reeleição desses Conselhos, uma vez que seu processo de criação foi impulsivo e caótico e a medida proporcionaria um processo consciente de autocompreensão dos caminhos, tarefas e objetivos; a construção de uma assembleia permanente dessa representação; a convocação do parlamento dos trabalhadores e soldados; a organização dos proletários agrícolas; a formação de uma guarda proletária para a proteção da revolução; a eliminação dos órgãos do Estado policial absolutista-militar; o confisco dos bens e propriedades dinásticas e das grandes propriedades fundiárias para, como medida preliminar, suprir as necessidades dos trabalhadores e combater a contrarrevolução; e a convocação de um Congresso Mundial dos Trabalhadores para a Alemanha, para salientar o caráter socialista internacional da revolução.

Entretanto, o que ocorreu foi que antes de adquirir força a tentativa de revolução é escamoteada. Nos primeiros dias decorrentes da insurreição ecoava das manifestações do governo, nas figuras de Scheidemann e de Ebert, e do campo burguês um clamor contra a anarquia e pela calma e ordem, o governo “socialista” se comportava como substituto do imperialista, sem grandes abalos quanto aos interesses deste último.

Este primeiro estágio correspondia à maturidade da situação interna. Os independentes se aliam ao governo de Scheidemann-Ebert e afirmavam estarem construindo um governo realmente socialista. Caberia às massas ficarem

vigilantes e impedirem os avanços da contrarrevolução, o que não ocorreu efetivamente.

Líderes como Sheidemann, Ebert, Haase e Kautsky defendiam que além da insurreição ser realizada sem o uso de violência, deveria ocorrer uma Assembleia Nacional de modo que todos decidissem sobre o destino dela, mediante deliberação da maioria. Rosa Luxemburgo, por sua vez, defendia que a revolução não poderia se dar por via parlamentar e acreditava que a classe capitalista não abriria mão, de bom grado e mesmo sendo minoria, de seu poder. E apontava que estes “[...] só serão bem-comportados enquanto a revolução for bem-comportada, isto é, enquanto o nervo vital, a artéria da dominação de classe burguesa, a propriedade privada capitalista, o salário, o lucro, permaneceram intactos”⁶⁹.

Tratava-se de uma ilusão pequeno-burguesa, a introdução do socialismo por meios parlamentares, sem luta de classe, servindo unicamente para enfraquecer e desorientar o proletariado. A revolução socialista só pode triunfar no interesse da grande maioria e graças à ação da grande maioria dos trabalhadores. Nas palavras da autora, essa situação podia ser assim caracterizada:

Não passa de delírio extravagante acreditar que os capitalistas se renderiam de bom grado ao veredito socialista de um parlamento, de uma Assembleia Nacional, que renunciariam tranquilamente à propriedade, ao lucro, aos privilégios da exploração. Todas as classes dominantes, com a mais tenaz energia lutaram até o fim por seus privilégios. [...] Dotar a massa compacta do povo trabalhador com a totalidade do poder político para realizar as tarefas da revolução – eis a ditadura do proletariado e, portanto, a verdadeira democracia. Não há democracia quando o escravo assalariado se senta ao lado do capitalista, o proletário agrícola, ao lado do *juncker*, uma igualdade falaciosa, para debater seus problemas vitais de forma parlamentar⁷⁰.

Na sociedade socialista, a massa trabalhadora deixa de ser governada para experienciar ela mesma a vida política e econômica em sua totalidade,

69 LUXEMBURGO, Rosa. A Assembleia Nacional. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p. 244.

70 LUXEMBURGO, Rosa. O que quer a Liga Spartakus? In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p. 292-293.

passando a se autodeterminar de modo consciente e livre. Tornando-se necessária a substituição dos órgãos impróprios de representação por seus órgãos de classe, no caso da Alemanha, na tentativa de revolução empreendida, tratar-se-ia da instauração dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados, do Comitê Executivo e do Conselho Central. As massas, então, deveriam ocupar todo cenário político e aferir as necessidades do Estado pelos seus próprios interesses.

A Assembleia Nacional, desse modo, nada mais era do que uma herança da dominação burguesa, uma casca sem conteúdo, uma demanda da ilusão pequeno-burguesa sobre a união do povo, sua liberdade, igualdade e fraternidade, que não representava de fato ou era justa em face dos interesses dos trabalhadores.

A reivindicação dos dirigentes sociais-democratas pela Assembleia Nacional foi conduzida com o apelo “democracia ou ditadura”. Em contrapartida, a filósofa defendia que o que estava em jogo, de fato, era ou a democracia burguesa ou a democracia socialista e que a ditadura do proletariado não se traduzia em caos ou anarquia, como era propagado. Em suas palavras mesmas:

A ditadura do proletariado é a democracia no sentido socialista. Ditadura do proletariado não significa bombas, golpes, confusão, “anarquia”, como aparece nas falsificações conscientes dos agentes do lucro capitalista, mas é o emprego de todos os instrumentos políticos de poder para realizar o socialismo, expropriar a classe capitalista – no sentido e pela vontade revolucionária da maioria do proletariado, ou seja, no espírito da democracia socialista⁷¹.

Scheidemann, Ebert e os demais defensores da Assembleia Nacional anunciavam: “Direitos políticos iguais, democracia”⁷². No entanto, tais direitos só poderiam se realizar onde a exploração econômica fosse extirpada e a democracia socialista vigorasse, quando o poder político viesse a ser exercido pela classe trabalhadora.

71 LUXEMBURGO, Rosa. A Assembleia Nacional. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p. 246.

72 LUXEMBURGO, Rosa. Assembleia Nacional ou governo dos conselhos? In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p. 314.

Tem-se uma amostra da democracia socialista quando as massas de soldados que durante quatro anos sofreram com a guerra e as massas de trabalhadores que foram esfaimadas e oprimidas passam a formar Conselhos de Trabalhadores e Soldados (CTS); o poder, no entanto, ainda estava na mão da social-democracia, que havia traído a classe trabalhadora durante os quatro últimos anos e assim prosseguia.

Rosa Luxemburgo defendia que a libertação da classe trabalhadora devia ser fruto da ação da própria classe trabalhadora e esta não poderia esperar que seus objetivos fossem atingidos por meio de decretos do governo ou por decisões da Assembleia Nacional. A formação de Conselhos de Trabalhadores e Soldados (CTS) foi a primeira vitória visível da tentativa de revolução, eles eram os órgãos da revolução, os legítimos executores da vontade das massas trabalhadoras; o Comitê executivo dos CTS era o órgão central que expressava unificadamente a vontade dos CTS e devia atuar provisoriamente até a reunião do Conselho Central [*Zentralrat*], que era o órgão supremo do poder da República socialista.

Todavia, ao lado do Comitê Executivo foi nomeado o Conselho dos Comissários do Povo [*Rat der Volksbeauftragten*] do qual faziam parte Friedrich Ebert, Otto Landsberg e Philipp Scheidemann, do Partido Social-Democrata da Alemanha (*SPD*), e Emil Barth, Wilhelm Dittmann e Hugo Haase, do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (*USPD*). Como queriam os CTS's e foi manifestado unanimemente na reunião do Comitê, realizada no dia 11 de novembro de 1918, o Comitê Executivo era o órgão supremo da República, portanto estava subordinado a ele o Conselho dos Comissários do Povo, mas Scheidemann passa a realizar uma série de manobras para tornar o Conselho dos Comissários do Povo o órgão máximo.

A liquidação completa do Comitê Executivo se dá com o golpe de 6 de dezembro de 1918 que culmina na proclamação de Friedrich Ebert como presidente. O órgão da revolução proletária foi, desse modo, condenado à impotência, seu poder arrancado pela contrarrevolução.

Entre os dias dezesseis e vinte e um de dezembro de 1918 realizou-se o Congresso Nacional dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados da Alemanha, a maioria dos integrantes faziam parte do Partido Social-Democrata da Alemanha (*SPD*) e deliberaram que o sistema conselhistas não seria o fundamento da

constituição da República Socialista e que também não seria o mais alto poder executivo e legislativo.

O Congresso Nacional contribuiu de modo considerável para o afastamento das massas revolucionárias do poder, pois foi um golpe mortal aos CTS's e um apoio à contrarrevolução. Em dezoito de dezembro de 1918 surge a proposta, que nem ao menos é debatida propriamente, de transferência de todo poder a Ebert, até a regulamentação pela Assembleia Nacional; no entanto, a possível convocação da Assembleia iria ser tratada no dia posterior, destarte, o Congresso foi induzido a considerar antecipadamente uma questão central para a revolução.

O Congresso ainda, como instrumento dócil da contrarrevolução, rejeitou toda colaboração do Comitê Executivo [*Vollzugsrat*] com o poder legislativo do Conselho dos Comissários do Povo [*Rat der Volksbeauftragten*] o que culmina no poder ditatorial do governo de Ebert. Desse modo:

[...] A única conquista palpável da revolução de 9 de novembro consistiu na formação dos CTS. O primeiro Congresso dos Conselhos encerra-se destruindo essa única conquista, tirando o proletariado de sua posição de poder, eliminando a obra de 9 de novembro, empurrando a revolução para trás. [...] O Congresso dos Conselhos condenou a uma existência meramente ilusória a própria entidade da qual recebera seus plenos poderes, os CTS, transgredindo assim seus plenos poderes, [...] abolindo o solo em que sua existência e sua autoridade se assentavam⁷³.

O governo “socialista” de Scheidemann e Ebert, com suas manobras contrarrevolucionárias, passaram a emitir vários decretos, restabelecendo antigas organizações, conselheiros provinciais [*Landräte*], prefeitos de polícia [*Polizeipräsidenten*], prefeitos [*Bürgermeister*], declararam intocável a propriedade privada, independentes os órgãos de justiça de classe, entre outras medidas⁷⁴.

A social-democracia, um partido originalmente socialista, criação do movimento operário e da luta de classe, se transformou no mais importante instrumento da contrarrevolução burguesa; restava unicamente, do socialismo, os rótulos, o aparato burocrático e a fraseologia para ludibriar as massas.

73 LUXEMBURGO, Rosa. Assembleia Nacional ou governo dos conselhos? In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2011, p. 318.

74 LUXEMBURGO, Rosa. Nas Trincheiras. In: _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

Rosa Luxemburgo passa a defender a participação da Assembleia Nacional, estrategicamente. A Assembleia representa uma fortaleza contrarrevolucionária e deveria ser usada para mobilizar as massas contra a própria Assembleia. O que não implicava cair no antigo parlamentarismo. Não era necessário, portanto, segundo Rosa Luxemburgo, ter maioria na Assembleia; só quem acreditava na deliberação acerca dos destinos da revolução e do socialismo por via parlamentar, acreditava nisto.

A Assembleia Nacional passa a ser defendida por Rosa Luxemburgo como um meio revolucionário; dado o estágio de maturidade das massas seria conveniente realizar uma manifestação dos eleitores elegendo aqueles que fossem contra a Assembleia Nacional e a favor do sistema conselhistas.

O governo de Ebert queria com a Assembleia Nacional paralisar a luta de classe e a revolução; a luta de classe deveria se dirigir contra a Assembleia e esta deveria ser um meio para a educação e mobilização da massa, uma etapa na luta pelo estabelecimento da ditadura do proletariado. Em suma, a participação defendida pela autora consistia na investida das massas às portas da Assembleia Nacional, reivindicando todo o poder aos Conselhos de Trabalhadores e Soldados.

O 9 de novembro de 1918 foi uma tentativa de revolução cheia de insuficiência e fraqueza, devido em grande parte ao papel da social-democracia perante o proletariado alemão. Durante o período da insurreição e da Primeira Guerra Mundial, o partido revelou uma renegação de suas tarefas socialistas sem igual. Ao situar o evento sobre o terreno do desenvolvimento histórico, não se poderia esperar uma revolução grandiosa, representando mais o colapso do imperialismo do que uma revolução socialista propriamente.

Tem-se, assim, um movimento desordenado, sem a necessária consciência, unificado pelo princípio libertador de formação dos Conselhos de Trabalhadores e Soldados, que confere o caráter socialista ao acontecimento, no entanto, o partido social-democrata foi o principal responsável por dar um rumo malgrado a revolução.

CAPÍTULO 2

A TENTATIVA DE LIBERTAÇÃO DA RÚSSIA

2.1. A libertação e a autodeterminação

Em *A Revolução Russa* (1918), obra em que Rosa Luxemburgo realiza uma análise crítica do evento, a autora inicia contestando o argumento, empregado durante a Grande Guerra pelos dirigentes alemães, que afirmava que a Alemanha tinha por missão derrubar o czarismo e libertar os povos oprimidos. No entanto, a queda do czarismo dentro do quadro da Revolução Russa foi apenas um pequeno episódio, sem muita importância, diante de tudo que viria ocorrer e tal alegação não passava de uma tentativa para encobrir a campanha de conquistas do imperialismo alemão⁷⁵.

A libertação da Rússia não teria sido obra da guerra, derrota militar do czarismo pelos alemães ou um presente dos “libertadores”. E nesse processo ela teria acumulado significativas imprecisões, não obstante, não se poderia esperar da primeira tentativa de ditadura da classe operária em condições tão hostis que ela viesse a atingir a perfeição. Pois, segundo a autora, “em condições tão fatais, nem o mais gigantesco idealismo, nem a mais inabalável energia revolucionária eram capazes de realizar a democracia e o socialismo, mas apenas rudimentos caricaturais e impotentes de uma e de outro”⁷⁶. A análise que Rosa realiza da revolução russa neste contexto tem um fim educador para o proletariado e para os dirigentes, não sendo uma crítica estéril.

A revolução russa progrediu ascendentemente; os objetivos que inicialmente se apresentavam moderados, assumiram cada vez mais vigor, as coalizações políticas deram lugar à dominação do partido mais radical. Tem-se a princípio a queda do absolutismo, que cai sem muita resistência, como um órgão carcomido e que se rompe com o menor abalo. Esse evento envolve a todos,

75 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.

76 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 64.

inclusive a direita nacionalista e culmina na instauração da república democrática como produto acabado, internamente maduro⁷⁷.

A partir de então, a massa do proletariado urbano e o exército, na sua segunda e mais difícil tarefa, passa a reivindicar a paz imediata, questão palpitante da política internacional; as massas dos camponeses, por sua vez, salientam a questão agrária. Juntos, passam a pressionar cada vez mais violentamente, movidos por essas duas questões principais: a paz e a terra⁷⁸.

Os bolcheviques foram os detentores da única tática que podia salvar a democracia e fazer avançar a revolução que se via ameaçada. Ao pôr o poder nas mãos dos *sovietes*, com a palavra de ordem: “todo o poder às mãos do proletariado e do campesinato”, tiraram a revolução russa do impasse que se encontrava⁷⁹.

Os bolcheviques haviam resolvido a questão da “maioria do povo”; neste sentido, Rosa critica os sociais-democratas que transpunham para a revolução o conhecimento “infante” do parlamentarismo, que institui que, para se fazer algo, é preciso ter antes a maioria. Tal colocação é invertida na ação das massas, já que “a dialética real das revoluções inverte esta sabedoria de toupeira parlamentar: o caminho não conduz da maioria à tática revolucionária, ele leva à maioria pela tática revolucionária”⁸⁰.

Também foi ação dos bolcheviques a instituição do mais evoluído, até então, programa revolucionário que não visava estabelecer uma democracia burguesa, mas sim firmar a ditadura do proletariado, com vistas ao socialismo⁸¹.

Ainda de acordo com Rosa Luxemburgo, com o intuito de aniquilar a grande propriedade fundiária e vincular imediatamente os camponeses russos ao governo revolucionário, eles lançaram mão da palavra de ordem que exortava os camponeses à imediata tomada e partilha das terras, culminando em adversidades e em um cenário que fugia a uma agricultura socialista⁸².

Era necessário, entretanto, transferir inicialmente o direito de propriedade à nação, para organizar a produção agrícola segundo amplas perspectivas

77 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 65.

78 *Idem*.

79 *Idem*.

80 *Idem*.

81 *Idem*.

82 *Idem*.

socialistas coerentes. E prosseguindo com a reestruturação, suprimir a distinção entre a agricultura e a indústria, interpenetrando e fundindo os dois ramos, conferindo-lhes perspectivas uniformes. No alvoroço das lutas internas e externas, premidos por inimigos abundantes e resistências, não foi possível tal realização⁸³.

Ademais, prossegue a autora, a medida tomada pelos bolcheviques, além de fugir de uma medida socialista, acumulava dificuldades insuperáveis para a reestruturação das condições agrárias no sentido devido⁸⁴. Culmina, assim, a compreensão da autora sobre esse período revolucionário:

A tomada das terras pelos camponeses, após a sumária e lapidar palavra de ordem de Lenin e de seus amigos – Ide e tomai as terras! – conduziu simplesmente a uma passagem brusca e caótica da grande propriedade fundiária à propriedade fundiária camponesa. Não se criou uma propriedade social, mas uma nova propriedade privada: dividiu-se a grande propriedade em médias e pequenas propriedades, a grande exploração relativamente avançada em pequenas explorações primitivas que, no plano técnico, trabalham com os meios da época dos faraós. Mas não é tudo: esta medida e a maneira caótica, puramente arbitrária como foi aplicada, não eliminaram as diferenças de propriedades no campo, mas, ao contrário, agravaram-nas⁸⁵.

Os comitês de camponeses que surgiram com o intento de fazer da apropriação uma ação coletiva, tiveram na prática um saldo negativo, não conseguindo romper com as relações de forças reais no campo e acabando por favorecer a burguesia rural, principal beneficiária da revolução agrária⁸⁶.

As comunas agrárias compostas de proletários, na sua maioria elementos urbanos desempregados, obtiveram também resultados desfavoráveis, pois representavam, comparados ao volume total das relações agrárias, quantidade insuficiente. Acabaram, assim, tendo apenas um valor experimental e não de uma vasta reforma social⁸⁷.

83 *Idem*.

84 *Idem*.

85 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 74.

86 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.

87 *Idem*.

O entrave ocasionado pela redistribuição contestável traduziu-se de maneira tal que uma nova e real tentativa de coletivização socialista da agricultura seria impedida por uma massa de camponeses, proprietários fortalecidos, defensores aguerridos da sua propriedade recentemente adquirida; anteriormente, a reforma socialista no campo teria encontrado a resistência apenas da aristocracia fundiária⁸⁸.

Com a palavra de ordem relativa ao direito das nações à autodeterminação, os bolcheviques agravaram consideravelmente as dificuldades objetivas que levaram à desagregação da Rússia; a palavra de ordem dizia respeito ao direito das diferentes nacionalidades do império de determinarem por si mesmas os seus destinos, até mesmo quanto a segregações. E estava em flagrante contradição com, por exemplo, a conduta de Lenin perante princípios democráticos. Sobre essa questão, afirma a autora:

Enquanto professavam um desprezo [...] por todo o arsenal das liberdades democráticas fundamentais das massas populares, cujo conjunto constituía o “direito à autodeterminação” na própria Rússia, eles tratavam o direito das nações à autodeterminação como a joia da política democrática, pelo amor da qual era preciso sacrificar todas as considerações práticas da crítica realista. [...] Esta contradição flagrante é tanto mais incompreensível na medida em que as formas democráticas da vida política em cada país [...] constituem de fato fundamentos extremamente preciosos, mesmo indispensáveis da política socialista, enquanto o ilustre “direito das nações à autodeterminação” não passa de oca fraseologia pequeno-burguesa, de disparate⁸⁹.

A utilização da fraseologia oca é entendida por Rosa Luxemburgo como um meio facilitador, para Lenin e seus companheiros, de tentarem vincular as nacionalidades alógenas do Império Russo à causa da revolução; o direito da liberdade suprema e ilimitada de disporem do seu próprio destino é concedido em nome do socialismo. O que se assistiu, em contrapartida, argumenta a autora, foi que tais nacionalidades utilizaram a liberdade concedida para se aliarem, como

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 77.

inimigas da Revolução Russa, ao imperialismo alemão. São responsáveis por essa ruptura as classes burguesas e pequeno-burguesas⁹⁰.

Ocorreu dentro de tais países que a autodeterminação foi deturpada, de modo que ela se transformou num meio de dominação das classes burguesas. Isto é, sob a dominação capitalista, ela não existe propriamente, tendo em vista que numa sociedade de classes, cada classe da nação aspira a se “autodeterminar” de um modo diferente, prevalecendo a resolução das classes burguesas⁹¹.

A contrarrevolução triunfou nas nacionalidades alógenas da Rússia, a ideologia que mascarou essa campanha, fornecida pelos bolcheviques, enfraqueceu o movimento operário e o entregou à dominação de classe de seus países, fortalecendo a posição da burguesia⁹².

Em contrapartida, o agrupamento das forças revolucionárias desses países, numa política de classe internacionalista, que mantivesse uma coesão sólida dos proletários de todas essas nações no âmbito da Revolução Russa, conduziria a um resultado oposto⁹³.

2.2. A dissolução da Assembleia Constituinte

A dissolução da Assembleia Constituinte na Rússia ocorre em novembro de 1917, com o argumento de que ela estava atrasada em relação ao desenvolvimento da luta política e aos agrupamentos no interior dos partidos; anteriormente Lenin e seus companheiros exigiram com furor sua convocação⁹⁴.

A Assembleia Constituinte refletia na sua composição um passado decrépito, que não representava a Rússia da revolução; a conclusão se impunha: dissolver esta Constituinte envelhecida, convocando novas eleições. O porvir da revolução não podia, para Lenin e seus companheiros, depender de uma Assembleia que refletia a Rússia ultrapassada. A partir das insuficiências dela,

90 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.

91 *Idem*.

92 *Idem*.

93 *Idem*.

94 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.

Trotsky generaliza e invalida qualquer Assembleia Constituinte, anulando toda representação popular decorrente de eleições populares gerais, durante o período da revolução. Para ele: “O pesado mecanismo das instituições democráticas” não acompanha o desenvolvimento da experiência política das massas⁹⁵.

Tal apreciação das instituições representativas reflete uma visão um tanto simplificada e rígida, uma vez que, para Trotsky toda Assembleia refletiria unicamente o posicionamento do eleitorado no momento específico do sufrágio. Contestando a relação intelectual viva entre os eleitos e o eleitorado ou qualquer influência mútua. Assim, segundo Rosa Luxemburgo: “O corpo democrático é, segundo esta teoria, sempre o reflexo da massa no dia da eleição, assim como o céu estrelado, segundo Herschel, não nos mostra nunca os astros tais como são quando os vemos, mas tais como eram no momento em que, de uma distância incomensurável, enviavam suas mensagens luminosas para a Terra”⁹⁶.

A experiência histórica contradiria esta visão, o fluido vivo do estado de espírito popular agiria sobre os organismos representativos; a título de exemplo têm-se, vez ou outra, nos parlamentos burgueses “representantes do povo”, perante ações retumbantes das massas, e contagiados por essas, ostentando um discurso apaixonado e alinhado às suas reivindicações. Ou no início das revoluções, em que antigos parlamentos reacionários, eleitos sob o Antigo Regime, transformam-se subitamente em porta-vozes da insurreição. A revolução por sua efervescência e seu ardor criaria essa atmosfera política penetrante e orientadora⁹⁷. Desse modo, explicita Rosa Luxemburgo a questão:

[...] “o pesado mecanismo das instituições (...)” encontra um corretivo poderoso exatamente no movimento vivo e na pressão constante da massa. E quanto mais democrática a instituição, quanto mais viva e forte a pulsação da vida política das massas, tanto mais imediata e precisa é a influência que exercem – apesar das rígidas divisas partidárias, das listas eleitorais obsoletas etc. Certamente toda instituição democrática tem seus limites e lacunas, o que, aliás, compartilha com todas as instituições humanas. Só que o remédio encontrado por Lenin e Trotsky – suprimir a democracia em geral – é ainda pior que o mal que devia impedir; com efeito, ele obstrui a única fonte viva a partir da qual podem ser corrigidas as insuficiências congênicas das instituições

95 *Idem.*

96 *Idem.*

97 *Idem.*

sociais: a vida política enérgica, sem entraves, ativa das mais largas massas populares⁹⁸.

O sufrágio universal foi criado pelo governo dos *soviets* para o período de transição e nunca aplicado até então; infere-se das considerações de Lenin e Trotsky acerca das instituições democráticas que eles declinam das representações populares saídas de eleições gerais. Logo, a criação do sistema de sufrágio universal se afigurou como infundada e ineficaz⁹⁹.

Elaborado para o período da ditadura do proletariado, conferido aos que vivem do próprio trabalho e recusado aos demais, o voto deveria, assim, privar de direitos políticos apenas os exploradores; no entanto, dadas as dificuldades econômicas em que se encontrava a Rússia, o proletariado não dispunha de possibilidade objetiva de encontrar utilização para a sua força de trabalho; logo, fora destituído do direito democrático. O voto torna-se, assim, utópico, um contrassenso, desvinculado da realidade social¹⁰⁰.

2.3. A liberdade não pode ser um privilégio

Após a Revolução de Outubro, as classes mais abastadas boicotaram durante meses o governo soviético, foram tomadas medidas para vencer tal resistência, como a privação dos direitos políticos. Para Rosa Luxemburgo, a democracia socialista não descarta coerção, em nome do “interesse do todo”¹⁰¹.

No tocante à questão do sufrágio, no entanto, em que se privou do direito vasta camada da sociedade, sem possibilitar a elas um lugar no interior do quadro econômico, não se tratou de uma necessidade da ditadura, mas uma improvisação insustentável, dirá ela¹⁰².

As garantias democráticas são indispensáveis a uma vida pública sadia e à atividade política das massas trabalhadoras, como liberdade de imprensa, direito

98 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 88.

99 *Idem*.

100 *Idem*.

101 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 22.

102 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.

de associação e de reunião; do contrário a vida pública estiola-se, obstrui-se a fonte da experiência política e interrompe-se a evolução, torna-se necessário que haja a contrapartida. Além do mais, sem liberdade de imprensa, sem viabilidade de associação, reunião e manifestação, etc. a preponderância das camadas populares é impraticável¹⁰³.

Lenin caracteriza o socialismo como o Estado capitalista posto de cabeça para baixo, um instrumento para oprimir as classes mais abastadas e ignora que a dominação de classe da burguesia não requer a educação ou a formação política do povo, o que se caracteriza como um elemento essencial da ditadura proletária¹⁰⁴.

Segundo Rosa Luxemburgo, Lenin e Trotsky entendiam o socialismo como algo para a qual o partido teria uma receita pronta. Todavia, para ela, a realização do socialismo estaria envolta em brumas e seria necessário caminhar às apalpadelas, fazendo incontáveis experimentos. Se contaria apenas com alguns marcos orientadores¹⁰⁵.

E assim, o socialismo não ocorreria por meio da execução de uma receita pronta, mas unicamente como um produto histórico e pela experiência das massas. O socialismo, deste modo, não pode ser estabelecido por decreto.

Segundo Negt (1984), Rosa Luxemburgo falaria constantemente de uma lógica das coisas, tornando necessário isto ou aquilo, mas trata-se, no entanto, de uma *contingencialidade* dos acontecimentos. Dentro da lógica da situação histórica, subsistiria uma constelação de fatores específicos e também contingentes¹⁰⁶.

Ainda segundo este autor, Rosa Luxemburgo, permaneceu fiel, como nenhum entre seus contemporâneos à emancipação do indivíduo; combateu o socialismo por decreto e nesse sentido defendia que o socialismo é algo que diz respeito às massas; se elas não estão envolvidas, se elas não veem que são seus interesses que estão em jogo, a vanguarda perde sua importância e ainda que se possa chegar à conquista do poder unicamente por esta última, será

103 *Idem*.

104 *Idem*.

105 *Idem*.

106 NEGT, Oskar. Rosa Luxemburgo e a renovação do marxismo. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo*, III: *O marxismo na época da Segunda Internacional (segunda parte)*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

sempre um socialismo já corrompido ao nascer. É este *pathos* da emancipação subjetiva que perpassa todos os escritos da filósofa¹⁰⁷.

Rosa Luxemburgo pontua:

Apenas uma vida fervilhante e sem entraves chega a mil formas novas, improvisações, mantém a força criadora, corrige ela mesma todos os seus erros. Se a vida pública dos Estados de liberdade limitada é tão medíocre, tão miserável, tão esquemática, tão infecunda é justamente porque, excluindo a democracia, ela obstrui a fonte viva de toda riqueza e de todo progresso intelectual¹⁰⁸.

Salvaguardar os direitos democráticos livra do definhamento da vida pública, permite em contrapartida a vida fervilhante e permite a verdadeira política socialista. Sem essas condições o que se tem é uma vida aparente, na qual a burocracia subsiste como o único elemento ativo e uma ditadura, não no sentido da ditadura do proletariado, mas a ditadura, no sentido puramente burguês. O erro fundamental da teoria de Lenin e Trotsky é que eles opõem a democracia à ditadura, sendo que a instauração de uma exclui a outra e acabam por optar por esta última¹⁰⁹.

Quando o proletariado toma o poder ele deve instaurar a democracia socialista no lugar da democracia burguesa e não suprimir toda democracia. Deve também exercer a ditadura da classe, que se exerce no mais amplo espaço público, com a participação sem entraves, a mais ativa possível das massas populares, numa democracia sem limites¹¹⁰.

A democracia socialista nada mais é que a ditadura do proletariado. Isto é, assegurar que a vontade da maioria proletária no poder, de maneira enérgica, seja executada. Segundo Rosa Luxemburgo:

[...] esta ditadura consiste na maneira de aplicar a democracia, não na sua supressão, ela se manifesta nas intervenções enérgicas e resolutas pondo em causa os direitos adquiridos e as relações econômicas da sociedade burguesa; sem isso a transformação socialista não pode ser realizada. Mas esta ditadura

107 *Idem*.

108 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. In: *Textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 182.

109 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.

110 *Idem*.

precisa ser obra da classe e não de uma pequena minoria que dirige em nome da classe, quer dizer, ela deve, a cada passo, resultar da participação ativa das massas, ser imediatamente influenciada por elas, ser submetida ao controle do público em seu conjunto (*gesamten Öffentlichkeit*), emanar da formação política crescente das massas populares¹¹¹.

Os bolcheviques assim procederiam se não tivessem encontrado pelo caminho inúmeros obstáculos como a pressão da Primeira Guerra Mundial, da ocupação alemã, que desfiguraram qualquer política socialista¹¹².

111 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 96.

112 LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o pensamento filosófico de Rosa Luxemburgo, a liberdade encontra sua maior expressão no socialismo; fora dele, ela esbarra em alguns elementos como as maquinações políticas, as condições econômicas e sociais que podem ser, e muitas vezes funcionam como, delimitadores.

A liberdade se apresenta multifacetada principalmente enquanto o proletário não estabelecer conscientemente o socialismo como método e fim; ela é acometida então por um número irrestrito de variáveis que a enfraquecem; as variáveis negativas diminuem em face de um maior poder de ação do proletariado quando o sistema político deixa de oprimir.

O socialismo expande a liberdade e consiste nas massas assenhorearem-se de sua história, ocuparem todo o cenário político, aferirem a necessidade do Estado pelas suas próprias necessidades, se autodeterminarem e deixarem de ser levadas pelos acontecimentos históricos e subjugadas.

REFERÊNCIAS

- LUXEMBURGO, Rosa. *A crise da social-democracia*. Tradução de Maria Julibta Nogueira e Silvério Cardoso da Silva. Lisboa: Presença, 1974.
- _____. *A questão nacional e a autonomia*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- _____. *A Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Edições Socialistas, 1946.
- _____. *A Revolução Russa*. Tradução e introdução de Isabel Loureiro. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Editora Expressão Popular, 1999.
- _____. *Textos escolhidos e cartas*. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- _____. *Textos escolhidos*. Vol. II: 1914-1919. Organização, tradução do alemão e notas de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- GERAS, Norman. *A actualidade de Rosa Luxemburgo*. Lisboa: Edições Antídoto, 1978.
- LOUREIRO, Isabel. Democracia e socialismo em Rosa Luxemburgo. *Crítica Marxista: Revista do Centro de Estudos Marxistas da Unicamp*. Campinas, nº 4, 1997, pp. 45-57.
- LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Tradução de Reginaldo Di Piero. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Trad. de Telma Costa. Porto: Escorpião, 1974.
- NEGT, Oskar. Rosa Luxemburgo e a renovação do marxismo. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo*. Vol. III: *O marxismo na época da Segunda Internacional (segunda parte)*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PEDROSA, Mario. *A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.